



# Jacto

## MÁQUINAS AGRÍCOLAS JACTO S.A.

CNPJ nº 55.064.562/0001-90

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração de Máquinas Agrícolas Jacto S/A, submete à apreciação de V.S.as, o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstrativo de Resultado Abrangente, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relacionados com as operações da Empresa, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Salientamos que as presentes demonstrações financeiras foram elaboradas obedecendo os preceitos legais e colocamo-nos à disposição de V.S.as.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017							
(Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa.....		221.150	316.784	Fornecedores.....	8	81.467	52.630
Aplicações financeiras.....		105.066	112.957	Empréstimos e financiamentos.....	9	10.752	51.436
Contas a receber de clientes.....		294.344	231.866	Impostos e contribuições a recolher.....		8.328	7.998
Estoques.....	4	215.189	188.895	Salários, férias e contribuições a pagar.....		48.463	41.659
Impostos a recuperar.....		39.933	38.387	Dividendos a pagar.....		78.891	86.563
Outras contas a receber.....		7.729	6.261	Adiantamentos de clientes.....		8.328	4.988
		883.411	895.150	Provisões.....	10	27.912	17.981
				Outras contas a pagar.....		3.418	739
<b>Não circulante</b>						267.559	263.994
Realizável a longo prazo				<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras.....		57.122	64.913	Empréstimos e financiamentos.....	9	68.319	78.874
Contas a receber.....		632	225	Provisão para contingências.....		3.208	3.742
Impostos a recuperar.....		50.615	37.768	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		66.482	54.296
Depósitos judiciais.....		56.229	2.152			138.009	136.912
Outras contas a receber.....		1.005	948			405.568	400.906
Outros investimentos.....		386	297	<b>Total do passivo.....</b>		<b>405.568</b>	<b>400.906</b>
		165.989	106.303	<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos.....	12	14.861	20.786	Capital social.....	13	785.000	785.000
Imobilizado.....	6	406.067	387.970	Ajustes de avaliação patrimonial.....		57.715	77.052
Intangível.....	5	20.022	16.972	Reservas de lucros.....		242.067	164.223
		606.939	532.031	<b>Total do patrimônio líquido.....</b>		<b>1.084.782</b>	<b>1.026.275</b>
<b>Total do ativo.....</b>		<b>1.490.350</b>	<b>1.427.181</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>		<b>1.490.350</b>	<b>1.427.181</b>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO		
(Em milhares de reais)		
	2018	2017
Receita.....	1.490.997	1.205.880
Costo de produtos vendidos.....	(206.762)	(768.150)
Costo de capacidade ociosa.....	(27.372)	(31.544)
<b>Lucro bruto.....</b>	<b>506.863</b>	<b>406.186</b>
Despesas com vendas.....	(91.855)	(181.118)
Despesas administrativas.....	(91.857)	(91.361)
Despesas com gastos de pesquisa.....	(53.652)	(45.187)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	22.102	(2.028)
Participação nos lucros de controlada.....	(6.211)	3.182
<b>Lucro operacional.....</b>	<b>168.780</b>	<b>89.674</b>
Despesas financeiras.....	(23.744)	(23.201)
Receitas financeiras.....	62.472	62.318
Variação cambial, líquida.....	20.457	2.101
<b>Resultado financeiro.....</b>	<b>59.185</b>	<b>41.218</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....</b>	<b>227.965</b>	<b>130.892</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes.....	(61.030)	(42.022)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos.....	(12.186)	3.046
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>	<b>154.749</b>	<b>91.916</b>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES		
(Em milhares de reais)		
	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>	<b>154.749</b>	<b>91.916</b>
Itens a serem posteriormente classificados para o resultado:		
Variação cambial de investida no exterior.....	(11.929)	(3.325)
<b>Resultado abrangente do exercício.....</b>	<b>142.820</b>	<b>88.591</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017.....</b>	<b>785.000</b>	<b>77.052</b>	<b>69.166</b>	<b>95.057</b>	<b>12.215</b>	<b>1.026.275</b>
Ajuste de exercícios anteriores em controlada.....					12.215	12.215
Aprovação para distribuição de lucros conforme AGE de 24 de outubro de 2018.....				(95.057)		(95.057)
Variação cambial de investida localizada no exterior.....		(11.929)				(11.929)
Realização do custo de aquisição, liquidado de tributos.....		(7.408)			7.408	
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>					<b>154.749</b>	<b>154.749</b>
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>						
Reserva Legal.....			7.737		(7.737)	
Dividendos obrigatórios.....					(1.471)	(1.471)
Lucros a disposição da Assembleia.....					(165.164)	
<b>Em 31 de dezembro de 2018.....</b>	<b>785.000</b>	<b>57.715</b>	<b>76.903</b>	<b>165.164</b>	<b>(165.164)</b>	<b>1.084.782</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Máquinas Agrícolas Jacto S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Pompéia - SP, tem como objeto social a indústria, comércio, importação, exportação, representação comercial e a prestação de serviços de: a) máquinas e implementos agrícolas; b) embalagens, recipientes, vasilhames, tanques, caixas, paletes, dispositivos para acondicionamento e transporte de bens, peças componentes, acessórios e artefatos em matéria plástica, fibrosa de vidro, cerâmica, borrachas e compostos, para indústria química, alimentícia, mecânica, material elétrico e automotiva, de máquinas agrícolas, construção civil, transporte logística, e agropecuária; c) veículos e equipamentos terrestres, hidroviários e náuticos, autopeças e acessórios em geral; d) utensílios, aparelhos e equipamentos elétricos, eletrônicos de uso doméstico ou industrial; e) produtos e substâncias químicas; e f) sistemas, aparelhos e equipamentos de tratamentos de água e efluente, bem como a participação em outras sociedades como acionistas.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

**Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para os CPCs, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

**3. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 01 de abril de 2019.

**Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018, e as principais alterações introduzidas por essas normas e os impactos para a Companhia estão abaixo descritos:

**CPC 47 - "Receita de contratos com clientes"** estabelece quais os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia optou pelo método retrospectivo modificado para a transição para o CPC 47 e concluiu que o referido pronunciamento não impactou as suas demonstrações financeiras, pois o princípio de controle, a partir de então adotado, se assemelha ao princípio de riscos e benefícios antes adotado na preparação das demonstrações financeiras.

**CPC 48 - "Instrumentos financeiros"** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui o CPC 38 "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração", no que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros, trazendo novos critérios para a classificação de ativos financeiros; introduzindo um novo modelo de impairment para ativos financeiros e flexibilizando as exigências para adoção da contabilidade de hedge. O referido pronunciamento impacta as demonstrações financeiras da Companhia na classificação dos instrumentos financeiros e na contabilização do impairment para ativos financeiros. Dessa forma, quando da adoção desse pronunciamento, em 1º de janeiro de 2018, os ativos financeiros que antes eram classificados na categoria de "Empréstimos e recebíveis" e "Valor justo por meio do resultado" foram reclassificados para a categoria "Custo amortizado", exceto os instrumentos financeiros derivativos que se mantiveram mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os critérios de apuração do impairment de ativos financeiros foram revisados e a Companhia optou pela adoção da abordagem simplificada (uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil dos ativos relacionados), não sendo identificada ajuste a ser registrado na data de transição.

**CPC 21 - "Transações em moeda estrangeira"** provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais para a Companhia.

**Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada dessas normas não é permitida no Brasil pelo CPC, sendo sua vigência a partir de exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

**CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil**

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A administração da Companhia efetuou o levantamento e revisou todos os contratos de arrendamento vigentes em 31 de dezembro de 2018 e verificou que não será necessário o registro do direito de uso de operações de arrendamento operacional mantidos na data de transição. Os contratos, relacionados à utilização de bens imóveis alugados, são de curto prazo, com duração inferior a 12 meses em relação à data de transição. As cláusulas de renovação, embora seja interrupção da Companhia em manter o arrendamento, garantem ao arrendador a opção de continuidade ou não do contrato, motivo pelo qual a administração considerou os contratos como de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia apresenta contratos de aluguel de veículos de frota e equipamentos administrativos, os quais foram qualificados como prestação de serviços de locação e não como arrendamento mercantil, uma vez que os contratos não apresentam ativos identificáveis.

**ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação explica como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza, ou seja, posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o CPC 32 quanto a nova interpretação ICPC 22 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A ICPC 22 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A Companhia não há haver impacto em suas demonstrações financeiras quando da adoção dessa interpretação. Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**Moeda funcional e base de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

**Transação de saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio aplicada na data da transação.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto		
(Em milhares de reais)		
	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....</b>	<b>227.965</b>	<b>130.892</b>
Ajustes de:		
Depreciação e amortização.....	40.619	40.574
Resultado da equivalência patrimonial.....	6.211	(3.182)
Perda na alienação do ativo imobilizado.....	1.460	1.258
Operações com derivativos (não realizadas).....	(452)	(607)
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos.....	6.759	13.046
Provisão para garantia.....	4.297	2.577
Provisão (reversão) para comissões sobre vendas.....	4.934	(1.370)
Provisão (reversão) de despesas, custos e serviços.....	699	(174)
Provisão (reversão) para contingências.....	(533)	70
Reversão de provisões PIS/Cofins sobre ICMS.....	(53.186)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	939	738
Provisão (reversão) para estoques obsoletos.....	348	(1.891)
	240.060	181.931
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Caixa a receber.....	(63.825)	(50.126)
Estoques.....	(26.643)	(9.724)
Impostos a recuperar.....	(14.394)	(15.102)
Outras contas a receber.....	(1.525)	2.599
Fornecedores.....	28.837	2.562
Impostos a recolher.....	(8.703)	(17.642)
Salários, férias e contribuições a pagar.....	6.804	2.179
Adiantamento de clientes.....	3.340	2.265
Outras contas a pagar.....	2.679	(1.238)
<b>Caixa gerado pelas operações.....</b>	<b>166.630</b>	<b>97.704</b>
Juros pagos por empréstimos.....	(7.148)	(14.093)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(51.998)	(22.494)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....</b>	<b>107.484</b>	<b>61.117</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras.....	15.682	22.993
Aquisição de ativo imobilizado.....	(59.901)	(33.655)
Aquisição de ativo intangível.....	(5.638)	(7.922)
Recebimentos pelas vendas de imobilizado.....	1.790	2.872
Integralização de capital em controlada.....		(7.822)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos.....</b>	<b>(48.067)</b>	<b>(23.534)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de dividendos.....	(104.199)	
Ingressos de empréstimos e financiamentos.....		9.856
Amortização de empréstimos e financiamentos.....	(50.852)	(104.979)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.....	(155.051)	(95.123)
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido.....</b>	<b>(95.634)</b>	<b>(37.520)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	316.784	374.344
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	221.150	316.784

**8. Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**9. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**10. Provisões**

As provisões para perdas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação de presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**11. Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

**12. Investimentos**

Em controlada - Multijacto S.A.....

	2018	2017
Multijacto S.A. é uma empresa comercial importadora e exportadora localizada na Argentina e atua em termos gerais em todos os mercados agrícolas onde existe a necessidade de pulverização para aplicação de herbicidas, fungicidas, inseticidas e também fertilizantes líquidos, fornecendo equipamentos pulverizadores da marca Jacto de variadas dimensões e características, incluindo lavadoras de alta pressão.	14.861	20.786

**13. Patrimônio líquido**

**Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de 76.552.780 ações, sendo 73.052.780 ações ordinárias e 3.500.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

**Reserva de lucros - Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**Dividendos**

O estatuto social, em seu artigo 41b, determina a distribuição de um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido do exercício para as ações ordinárias. De acordo com artigo 42 do referido estatuto social, a Assembleia Geral pode, desde que não haja qualquer oposição de acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao estatuto social, ou a retenção de todo o lucro líquido do exercício. A proposta feita pela administração será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas (AGO) a ser realizada durante o exercício de 2019.

Correspondente a ajustes por adoção da Lei 11.638/07, em decorrência da aplicação do CPC 27 - Ativo Imobilizado. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de ajuste de avaliação patrimonial para lucros e prejuízos acumulados e posteriormente para reserva de lucros.

**Ajuste acumulado de conversão**

Decorrente das variações cambiais de investimento de subsidiária localizada no exterior.

**Lucros a deliberar**

A administração efetuou proposta de distribuição adicional ao dividendo mínimo obrigatório, referente ao saldo remanescente de lucros acumulados, proposta a ser deliberada por ocasião da Assembleia Geral dos acionistas a ser realizada durante o exercício de 2019.

**14. Partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas empresas relacionadas, às quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

**15. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes (informação não auditada) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

### DIRETORIA EXECUTIVA

<b>Jorge Nishimura</b> Presidente Corporativo	<b>Ricardo Seiji Bernardes Nishimura</b> Vice-Presidente Corporativo	<b>Fernando Gonçalves Neto</b> Diretor Presidente Executivo de Divisão "Agrícola"	<b>Gabriel Pires Gonçalves</b> Diretor Presidente Executivo de Divisão "Plástica"
<b>Franklím Shunjiro Nishimura</b> Diretor Corporativo	<b>Nilson Nilvio Schemmer</b> Diretor Corporativo	<b>Marcos Antonio Ribeiro</b> Diretor Corporativo	<b>Pedro Estevão Bastos de Oliveira</b> Diretor
			<b>Fabiano Ricardo da Costa Perez</b> Diretor
			<b>Sergio Sartori Junior</b> Diretor

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Jorge Nishimura</b> - Presidente	<b>Ricardo Seiji Bernardes Nishimura</b> - Conselheiro
<b>Franklím Shunjiro Nishimura</b> - Vice-presidente e Secretário	<b>Lyo Nishimura</b> - Conselheiro
<b>Shiro Nishimura</b> - Conselheiro	<b>Martin Mundstock</b> - Conselheiro

### CONSELHO CONSULTIVO

<b>Elisa Camargo Nishimura Aguiar</b>	<b>Arian Nishimura Kunihiro</b>
<b>Stefan Dyo Nishimura</b>	<b>Sérgio Sartori</b>
<b>Alessandra Nishimura</b>	
<b>Luiz Carlos Martessi Vinholo</b> - CRC 1SP145441/O-9	